



Apontamentos sobre ação direta e revolução no estado espanhol

Fernando Furquim de Camargo*

“El movimiento obrero y libertario de España, el de más alto valor del mundo entero, debe su influencia entre las masas irredentas del país, a sus héroes, a sus apóstoles y a su mártires.”
(Manual del Militante – CNT-FAI.)¹

“SOMOS LOS HIJOS DE LOS OBREROS QUE NUNCA PUDISTEIS MATAR”
(Escritos de um cartaz afixado na cidade de Ávila, 26/01/2014)

Nos últimos anos o estado espanhol foi um dos principais vórtices da crise planetária do capital. Com um dos índices mais altos de desemprego no continente europeu e uma crise imobiliária e de crédito que levou milhares a perderem suas moradias, a reação ao governo do Partido Popular (PP), caudatário das velhas e conservadoras lideranças

* Doutorando em História Econômica e Professor de História Contemporânea da UNICASTELO.

1. C.N.T./F.A.I. *Manual del militante. El libro de la organización. Redactado por la Escuela de Militantes de Cataluña* (Barcelona: Ediciones de las Oficinas de Propaganda CNT-FAI, 1937), p. 11.

do franquismo, e o imobilismo e conivência do Partido Socialista Obrero Español (PSOE) levaram à criação de formas de manifestações coletivas que não haviam sido vistas nos últimos 85 anos. Ou seja, desde a derrota do conjunto de forças operárias e camponesas no decorrer da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), as ações diretas não haviam possuído tamanho vulto.

A forja do movimento dos *Indignados* e/ou *15-M*, que por meio de milhares de trabalhadores tomaram as ruas de dezenas de cidades e com um de seus principais centros pulsantes estabelecidos na *Plaza del Sol*, em Madri, trouxe à tona a possibilidade das mobilizações além do espectro da política concentrada na bipolarização PP/PSOE e das esferas institucionais do governo de Madri. Não obstante terem sido retomadas nos últimos anos, as ações diretas tiveram uma trajetória em território espanhol que deitou raízes no espaço das três primeiras décadas do século passado principalmente por meio da Confederación Nacional del Trabajo (CNT).

Nesse sentido, este texto almeja abordar as ações diretas dos operários e camponeses espanhóis entre o final do século XIX e a Guerra Civil Espanhola. Para isso decidiu-se discutir as ações diretas em que os trabalhadores se envolveram, principalmente aqueles sob o anarcossindicalismo da CNT.

As ações assumidas pela organização anarcossindicalista, desde a sua fundação nos anos de 1910 e 1911, pautaram-se pelo embate contra o conservadorismo monárquico e o poderio dos industriais catalães. No decorrer da década de 1920, com o surgimento de um regime militar que controlava o estado espanhol, mesmo com certa retração devido ao aumento das práticas repressivas estatais, entabulou-se um processo de reorganização que resultou na aproximação e associação junto à Federación Anarquista Ibérica (FAI). Entre 1931 e 1936, com a queda da monarquia e a ascensão da Segunda República, que manteve a lógica burguesa e apenas promoveu algumas tímidas concessões aos trabalhadores e camponeses, as ações da CNT centraram-se ora pelo rechaço à administração socialista, ora pelo combate à administração reacionária que voltou ao poder em 1933.

E, finalmente, durante o conflito intestino espanhol, os anarquistas tomaram a vanguarda revolucionária quando as forças conservadoras espanholas, na noite de 17 de julho de 1936 por meio de um exército sublevado desde as Ilhas Canárias e o protetorado espanhol no Marrocos, marcharam para apelar a Frente Popular do poder.

Formação e mobilização no seio do atraso capitalista espanhol

A trajetória do estado espanhol no decorrer do século XIX foi permeada de crises institucionais, sociais e econômicas que endereçaram a *Hispania* à decadência frente aos seus pares europeus e que resultou em um dos patamares mais baixos do capitalismo. Essa condição alimentava-se da permanência do catolicismo como um dos sustentáculos intelectuais e de normatização social e moral e pela manutenção de uma lógica societária do *Ancién Régime* em que o agrarismo e a assimetria nas condições econômicas internas prevaleciam sobre as tentativas de modernização produtiva e das próprias condições dos trabalhadores.

De forma acurada, em texto de 1873, Marx e Engels, ao realizarem uma abordagem sobre os nexos constitutivos da lógica produtiva espanhola, afirmavam que:

Na Catalunha, a grande indústria possui, em termos relativos, um alto desenvolvimento; na Andaluzia e em outras zonas predomina a grande propriedade territorial e o grande cultivo – proprietários e *jornaleros*² –; na maior parte do território encontramos no campo pequenos proprietários de terra e pequenas empresas nas cidades.³

Nas últimas décadas do século XIX, a Espanha era um país essencialmente agrário, com um atraso relativo a outros estados europeus como França e Inglaterra, bem como frente ao 2º Império Alemão e à Itália. Com a estagnação e concentração espacial do desenvolvimento de sua indústria, a produção espanhola concentrava-se em matérias primas minerais e produtos agrícolas.

No caso da produção mineradora, o predomínio do capital era estrangeiro em detrimento do baixo investimento e poder financeiro das sociedades anônimas nacionais. A “Real Asturiana de Minas” estava sob controle belga, a influência francesa concentrava-se na “Peñarroya” e principalmente o capital inglês que dominava as sociedades mineradoras “Orconera”, “Tharsis” e de sobremaneira a

2. Os *jornaleros* foram uma das formas de trabalho nos latifúndios da Andaluzia. Esta categoria de trabalhador era caracterizada tanto pelo pagamento por jornadas diárias de trabalho, bem como pela sua condição de expropriado da terra.

3. “La República en España. *Der Volkstaat*. 01 de marzo de 1973” em Karl Marx & Frederich Engels. *Escritos sobre España. Extractos de 1854* (ed. Pedro Riba, Madrid, Editorial Trotta/Fundación de Investigaciones Marxistas, 1998), p. 242.

“Companhia Rio Tinto”, fundada em Londres (1873), adquiriu de forma célere as minas asturianas homônimas. Os altos rendimentos do capital externo no interior do estado espanhol podiam ser atestados pelo desempenho com que a “Rio Tinto” havia adquirido as minas por 93 milhões de pesetas e que em 1921 anunciava que possuía um capital de 337 milhões de pesetas.⁴

A produção agrícola, outro dos eixos produtivos da macambúzia produção espanhola, também apresentava um atraso extremamente sensível ao se abordarem as ferramentas e técnicas utilizadas no campo. A qualidade da força motriz não era satisfatória para o manejo dos arados, pois o cavalo era demasiado custoso e a vaca ou muares não podiam ser utilizados, sob a pena de diminuição dos rendimentos e subsistência dos combalidos camponeses. Dessa forma, as ferramentas e técnicas disponíveis eram totalmente anacrônicas, pois o arado que utilizava a relha metálica era raro, devido ao alto preço do ferro. As peneiras e as batedoras não eram totalmente desconhecidas, mas o grau de utilização ao fim do século XIX não se aproximava, nem de forma modesta, da França do Segundo Império. E, finalmente, não havia a disseminação do uso de adubo e, mesmo com uma maioria demográfica no campo, sua débil produtividade produzia resultados que estavam aquém das necessidades de uma colheita rentável. De acordo com Pierre Vilar, a agricultura espanhola estava muito distante do mesmo nível das potências europeias:

/.../ a pobreza dos camponeses e os hábitos espanhóis fizeram com que a operação não desse como resultado nem a constituição de grandes domínios bem explorados do tipo inglês ou prussiano, nem uma classe trabalhadora satisfeita, de tipo francês /.../. A estrutura agrária permaneceu imóvel.⁵

Enquanto em sua universalidade a economia do estado espanhol permanecia deficitária e hegemonicamente agrária, Euzkadi e Catalunya apresentavam uma produtividade e traços de sociabilidade que as expunham à dinâmica do capitalismo europeu mais avançado. A quantidade de sociedades anônimas mercantis e produtivas existentes nessas regiões destacava-se em relação ao restante do estado espanhol, inclusive em relação à própria capital, Madri:

4. Pierre Vilar. *A História de Espanha (1936-1939)* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992), p. 81.

5. *Ibidem*, p. 79.

Quantidade de sociedades mercantis (coletivas, comandatárias e anônimas) – 1897-1913				
Anos	Barcelona	Madri	Vizcaya	Espanha (Total)
1897	272	85	55	1031
1898	250	78	49	944
1899	313	127	83	1180
1900	310	113	118	1317
1901	293	98	153	1357
1902	338	115	98	1371
1903	292	112	99	1286
1904	297	122	72	1268
1905	341	105	64	1260
1906	323	101	84	1176
1907	321	131	80	1229
1908	326	112	77	1191
1909	280	121	79	1166
1910	301	117	74	1157
1911	304	108	79	1149
1912	317	105	68	1198
1913	340	102	85	1291

Fonte: NADAL, Jordi. *El fracasso de la revolución industrial en España, 1814-1913*. (Barcelona, Ariel, 1975), Anexo 5.

Embora a tabela acima não contemple o estado espanhol em sua totalidade, nota-se a prevalência de Barcelona sobre Madri e a província basca de Vizcaya. A série, que compreende dezesseis anos entre o final do século XIX e o início da década de 1910, apresentava um cenário no qual as sociedades mercantis barcelonesas de diversas espécies, ao menos em quantidade, comportavam-se em torno de 15% a 20% acima das de Madri. E mesmo o número de empresas em Vizcaya esteve próximo do da capital do reino espanhol ou ainda, como em 1900 e 1901, era maior.

Esta série, ainda que apresente um cenário na transição do século XIX para o século XX, não havia sido alterada mesmo em seus anos anteriores. E foi no interior de um espaço que possuía um maior

desenvolvimento do capital e maior exploração dos trabalhadores no campo industrial e minerador que os movimentos operários tomaram vulto. Ou seja, a partir da Andaluzia, Astúrias, Barcelona, Madri e País Basco que a organização dos movimentos operários em torno de partidos e coletivos, principalmente anarcossindicalistas, teve um protagonismo revolucionário nas décadas seguintes.

As primeiras organizações operárias na Espanha ocorreram ainda na década de 1840 e 1850. No entanto, somente a partir do final dos anos de 1860 e nas duas décadas seguintes que a organização tomou força principalmente na Catalunha. A *Federación de las Tres Clases de Vapor*, que agrupava os trabalhadores da indústria algodoeira e têxtil catalã, foi criada em 1868, mas com o acirramento do conservadorismo espanhol e com a proclamação da 1ª. República Espanhola (1873-1874) houve a fragmentação e o caso da organização. A sua reorganização somente ocorreu a partir de 1881, com a Restauração monárquica que diminuiu a repressão junto aos trabalhadores.⁶

No mesmo diapasão que o movimento operário mundial e a Primeira Internacional, os debates entre marxistas e bakunistas também envolveram os trabalhadores espanhóis. A tendência dos movimentos e organizações políticas foi de aderir à primeira corrente, entretanto, mesmo com as iniciativas de enfraquecimento do incipiente movimento anarquista espanhol, uma representativa parcela de trabalhadores aderiram às federações e associações que se vinculavam aos princípios bakunistas.

As tentativas de minar os anarquistas dentro da Espanha ganharam força a partir de 1882 com a criação do Partido Democrático Socialista Obrero Español (PDSOE) e, em agosto do mesmo ano, da *Federación Nacional de Obreros*. Em grande medida, essa ação reativa ocorreu devido à crescente influência anarquista da *Federación de los Trabajadores de la Región Española* (FTRE).

A criação clandestina do PSOE em 1879, pelo tipógrafo Pablo Iglesias, se resumiu a poucos membros nos anos seguintes ao seu surgimento. Somente em 1889 com o Primeiro Congresso do PSOE e a migração de diversos membros do PDSOE que o partido se tornou um dos principais representantes do marxismo na Espanha. A criação no ano anterior da *Unión General de los Trabajadores* (UGT) na Catalunha intencionava diminuir a influência anarquista e criar um braço sindical do partido.

6. Miguel Izard. *Industrialización y Obrerismo* (Barcelona, Ariel, 1973), p. 10.

No espaço das três primeiras décadas do século XX, os embates teóricos e físicos e as aproximações/distanciamentos entre os socialistas e os anarquistas deram o tom à condição das esquerdas dentro do território espanhol.

Greves, repressão, e o surgimento da Confederación Nacional del Trabajo (CNT)

Na alvorada do século XX, as condições produtivas na Espanha não haviam se alterado em relação às décadas anteriores. Em 1900, a concentração produtiva no campo era composta de 66,35% do total da população espanhola. Dez anos depois essa margem havia caído de forma ínfima para 66%.

A cidade de Barcelona ainda concentrava de forma proporcional a maioria dos operários existentes no interior do estado espanhol: de uma população de aproximadamente 600.000 habitantes, 144.788 eram operários, com a participação de 34.333 mulheres. Enquanto isso, em Madri, com uma população ligeiramente maior que a de Barcelona, a concentração de operários era de 87.140. Nos grandes centros mineradores, como era o caso da região das Astúrias de Vizcaya – com exceção de algumas áreas da Andaluzia –, nos primeiros anos do século passado, a cifra era em torno de 87.000 trabalhadores e alcançou o número de 131.000 em 1917.⁷

Com a existência de um operariado concentrado, a organização do movimento operário esteve também atrelada a essas regiões. Com 126 seções e 26.088 afiliados em 1900, a UGT mais do que dobrou esses números em 1904: 363 seções e 55.817 operários. E no âmbito governamental o PSOE havia conseguido expressivas votações nas eleições legislativas de 1901, com notável crescimento em diversas regiões das Astúrias, na província basca de Guipúzcoa e nas Ilhas Baleares.

As desavenças entre o PSOE e as organizações operárias locais anarquistas foram potencializadas com a rejeição por parte do partido socialista à greve de 1902, que teve seu ponto de partida em Barcelona. Além da repressão e prisão de diversos trabalhadores durante a greve, o boicote orquestrado por parte da liderança do partido e do seu braço sindical, a UGT, resultou na intervenção dos militares e levou à morte quarenta operários e mais de duzentos feridos.

7. NADAL, Jordi. *El fracasso de la revolución industrial en España, 1814-1913* (Barcelona, Ariel, 1975), p. 73.

O posicionamento de Pablo Iglesias ao negar apoio à greve na Catalunha e que ela se estendesse às Astúrias e ao País Basco, regiões em que o PSOE e a UGT tinham maior influência, rendeu críticas internas e externas. Segundo o próprio, a greve não recebeu o apoio do partido e de seu sindicato porque não se tratava de um movimento revolucionário. No entanto, as ausências na participação vinculavam-se mais aos fatos de que o PSOE se inclinava à socialdemocracia de origem alemã e de que a greve havia sido organizada pelos anarcossindicalistas.

Os conflitos operários em território espanhol e principalmente na Catalunha ganharam força a partir de 1905. Em 1909, com a manutenção do conservadorismo espanhol por meio de Antonio Maura em um gabinete conservador do Rei Alfonso XIII, as greves organizadas em Barcelona resultaram na “Semana Trágica”, em que militantes do PSOE como anarquistas foram fuzilados pelas tropas do governo. Esse foi um dos poucos momentos de aproximação entre socialistas e anarquistas desde o século XIX, sendo organizados comitês pela Espanha contra o aumento dos impostos e a convocação dos mais pobres devido às guerras no protetorado do Marrocos. A chamada *Solidaridad Obrera* que reuniu anarquistas, socialistas e republicanos da pequena burguesia estabeleceu um conjunto de cronogramas de protestos e greves entre fevereiro e finais de julho de 1909.

Com o auge do movimento entre 26 de julho e 1º de agosto, período em que as forças operárias em greve e manifestações alcançaram maior articulação, foi desatada uma forte reação no governo de Madri que resultou na morte de 78 operários, mais de quinhentos feridos, além do incêndio de diversas edificações em Barcelona. Ainda que o assassinato de dezenas de operários tenha sido levado a cabo, ao final da “Semana Trágica” a reflexão das organizações anarquistas sobre o papel da greve como instrumento de ação direta ficou em xeque.

Com isso, a necessidade da utilização da greve deveria estar associada a uma específica forma de organização que era o sindicato, que por seu intermédio estabeleceria as táticas a serem utilizadas em um processo revolucionário. Ato contínuo, quaisquer pretensões deveriam ser totalmente desvinculadas da pequena burguesia ou mesmo dos socialistas. Nesse contexto de reestruturação das possibilidades de programas e ações dos operários emergiu a Confederación Nacional del Trabajo.

A CNT foi fundada em 1º de novembro de 1910, em Barcelona, a partir dos resquícios dos movimentos anarquistas catalães. As bases da CNT tiveram suas origens tanto nos grupos internos como nos

externos. Em um tempo mais próximo de sua criação, os membros restantes de parte da *Solidariedad Obrera* agiram de forma incisiva para a sua criação. Ademais, os grupos existentes anteriormente, como era o caso da FRTE, agregaram um número bastante amplo de anarquistas e, no âmbito externo, houve forte influência da Central Geral dos Trabalhadores da França.

Os princípios da CNT ultrapassavam aqueles que o PSOE havia seguido desde finais do século anterior. Ao invés da participação em eleições e o reformismo adotado na indissociabilidade entre o partido e a UGT, a ação direta tornou-se o eixo tático da nova organização anarcossindicalista. No ano seguinte, em Barcelona, na primeira reunião do Primeiro Congresso da CNT, com uma expressiva representação de 30.000 afiliados de diversas regiões espanholas, foi publicado o Manifesto do Comitê Nacional da CNT que afirmava:

O sindicato é uma nova forma de organização do proletariado /.../. O sindicalismo é uma instituição salvadora na qual cada despojado, cada ferido, cada vítima da injustiça social conseguirá, não o apoio compassivo, mas a solidariedade positiva, verdadeiro companheirismo, força necessária para a sua satisfação e justificação /.../. O Sindicalismo /.../ não deve ser interpretado como um ideal, mas como um meio de luta contra os antagônicos interesses das classes, como uma força para arrecadar de momento todas aquelas vantagens que permitam à classe operária poder intensificar esta luta dentro do presente estado de coisas, a fim de conseguir, com esta luta intensificada, a emancipação econômica integral de toda a classe operária, tão logo como o Sindicalismo (ou seja, a associação operária) se considere numericamente bastante forte e intelectualmente bastante capacitado para levar a efeito a expropriação daquelas riquezas sociais que a burguesia detenha e a consequente condução da produção.⁸

Nos anos seguintes, o crescimento da CNT principalmente na Catalunha alcançou expressivos números de sindicalizados. Em 1919, chegou à cifra de 750.000 afiliados em todo o território espanhol. Enquanto isso, no decorrer dos anos de 1910, a UGT viu o número de seus associados cair de forma vertiginosa, com um número que muitas vezes não ultrapassava os 100.000.

8. “Manifesto del Primer Congreso de la CNT” em Manuel Tuñón de Lara & M. Nuñez de Arena. *Historia del movimiento obrero español* (Barcelona, Nova Terra, 1979), p. 81.

Entretanto, as condições do movimento operário na Espanha começavam a sofrer um aumento das perseguições pela monarquia e pelos empresários, como no caso das greves de 1919. Durante as greves ocorridas nesse ano, a utilização de *lock-outs* que provocaram o desemprego de milhares de operários e, de forma concomitante, o uso de tropas militares contra os operários levaram a um caminho de ocaso do movimento operário. E nem a aproximação entre a CNT e a UGT conseguiu diminuir esse processo de desmobilização provocada pelo conservadorismo espanhol.

A década de 1920 no estado espanhol: repressão e estagnação do movimento operário

A repressão aos movimentos operários e às organizações vinculadas, sejam os de viés marxista ou anarquistas, aprofundou-se com o *pronunciamiento*⁹ comandado pelo General Primo de Rivera em 13 de setembro de 1923. Por meio desse golpe militar, que teve a anuência do monarca Alfonso XIII, intentou-se manter o sistema monárquico de dominação, com a restrição às liberdades individuais e aos direitos dos trabalhadores, por meio da anulação da permissibilidade de organização de movimentos operários. Além disso, a ascensão dos militares espanhóis deu salvaguarda à manutenção da oligarquia como “administradora” dos sistemas de dominação em contraste com o crescimento das principais forças políticas antagonicas, principalmente aquelas originárias da principal área industrial no estado espanhol, com o ponto de partida do *pronunciamiento* com a tomada da cidade de Barcelona. Assim, a velha oligarquia espanhola agia de forma dual para manter seus privilégios: atacava as iniciativas políticas da restrita burguesia espanhola e mantinha sob forte repressão os trabalhadores.

No momento da tomada de poder, Primo de Rivera não possuía, previamente preparado, nenhum plano de governo ou mesmo a estruturação de um novo sistema. O então reino da Espanha estava envolvido em um conjunto de crises institucionais, uma economia totalmente atrasada, mesmo com os pequenos avanços ocorridos durante a Grande Guerra (1914-1918), e a permanente penúria social. O governo constitucional da Restauração foi substituído por um Diretório Militar composto por generais e um almirante.

9. “[...] A casta dos oficiais, aferra-se, mais do que a todos os seus outros privilégios, ao de se ‘pronunciar’, isto é, de apossar-se, em proveito próprio, das prebendas do Estado através do golpe de Estado militar cuja tradução exata em espanhol é o *pronunciamiento* (=rebelião, revolta)”, Pierre Broué, *A Revolução Espanhola (1931-1939)* (São Paulo, Perspectiva, 1992), p. 21.

O primeiro ato da Ditadura foi o estabelecimento de uma lei marcial em caso de distúrbios por parte da população, sindicatos e movimentos de esquerda. Em outubro de 1923 se procedeu um processo de substituição dos elementos civis por militares em cargos administrativos, a partir do fim dos conselhos municipais. E ainda foram instituídos os *delegados gubernativos* para a fiscalização administrativa e da magistratura controlados diretamente pelo executivo, além de normatizar todas as nomeações que eram então regulamentadas por decreto.

Neste cenário houve uma “insólita” associação. No ano seguinte à instituição do regime ditatorial na Espanha, foi fundado um partido, a Unión Patriótica (UP), que seria único e, como não podia ser diferente, de plataforma reacionária. Ainda que tenha sido apenas um instrumento conservador para aprovar as leis necessárias para o prosseguimento da Ditadura e possuir uma roupagem democrática a um regime que era essencialmente ditatorial, foi realizada uma aliança entre a UP e a UGT. Ou seja, embora o PSOE não pudesse participar efetivamente do governo militar na Espanha dos anos de 1920, por ser um regime unipartidário, a UGT surgiu como o mecanismo que possibilitaria a sua inserção institucional. E o sindicato socialista participou efetivamente da constituição de comitês paritários para a construção de obras públicas e maior proteção aduaneira aos produtos de origem espanhola.

Esta participação da UGT, cujo representante no estado foi Francisco Largo Caballero, foi encarada como parte do reformismo que o PSOE havia adotado. As tentativas de inserção no governo, mesmo que fosse da ditadura, seria uma base de transformação do estado espanhol e conseqüentemente da própria condição dos trabalhadores.

Revolução e insurreição entre 1931 e 1936

A aglutinação de forças contra a dominação das forças oligárquicas espanholas alcançou seu apogeu com a assinatura, em 17 de agosto de 1930, do “Pacto de San Sebastián”, que se dispunha a favor da criação de um regime republicano. As reuniões, na cidade de mesmo nome, reuniram diversas forças políticas que dominavam o espectro econômico espanhol, mas que estavam à parte do controle político durante o reino de Alfonso XIII e da própria ditadura do General Primo de Rivera: católicos conservadores como Alcalá-Zamora e Miguel Maura; republicanos de direita como Alejandro Lerroux, as lideranças de esquerda como Manuel Azaña e Casares Quiroga, o socialista Idalecio Prieto e, ainda, o catalanista liberal Nicolau d’Olwer.

Além de não conseguir manter-se à frente o poder da oligarquia e de impedir a derrocada da Monarquia, a destituição do General Primo de Rivera, em 28 de janeiro de 1931, foi também motivada por uma ameaça de um golpe militar de caráter liberal na Andaluzia. Com isso, Alfonso XIII nomeou o General Damásio Berenguer temporariamente até o dia 14 do mês seguinte, no entanto essa tentativa com a piora das condições econômicas e sociais das regiões espanholas só acelerou a derrocada da Coroa.

As eleições municipais em 12 de abril de 1931 provocaram a ascensão definitiva dos republicanos e o fim da monarquia. Nessas eleições convocadas por Alfonso XIII, havia o intuito de que os *caciques* locais apoiassem e possibilitassem a vitória dos candidatos monarquistas. Entretanto, a vitória republicana nas grandes capitais e principalmente em Madri e Barcelona desmoronou a intencionalidade da monarquia de se manter no poder, ainda que seus partidários tivessem vencido em algumas poucas regiões. De forma concomitante à alardeada vitória da coalizão republicana nas urnas e a ocupação das ruas pela população espanhola, dois dias depois o rei partiu de carro até Cartagena e de lá tomou um navio rumo ao exílio. No Comitê Revolucionário de Madrid, situado na *Casa de Gobernación* em frente à Puerta del Sol, ascendeu ao poder o chefe do Governo Provisório, o ex-ministro da Coroa, Niceto Alcalá-Zamora.

A fundação da Segunda República, embora se transvestisse de um caráter revolucionário, apenas provocou a ascensão de grupos e partidários que durante a monarquia não estavam no poder¹⁰ ou que participavam do governo anterior, mas que não possuíam uma condição favorável mesmo como integrantes em cargos e benefícios recebidos.

Dessa forma, o governo republicano provisório emergiu com o compromisso de equacionar interesses completamente díspares, pois, teria que atender as demandas da burguesia, dos latifundiários e dos trabalhadores, além negociar as questões autonômicas com mais representatividade, como era o caso da catalã e a basca. E uma ampla camada de pequenos proprietários e comerciantes contemplava a possibilidade de uma regeneração do país, que poderia beneficiá-la perante o curso econômico em vigor. Para a classe operária e o campesinato, a instauração

10. O governo provisório republicano é composto basicamente pelos signatários do Pacto de San Sebastián, tendo Alcalá Zamora como Presidente; Miguel Maura, Ministro do Interior; Nicolau d'Olwer, Ministro da Economia; Idalecio Prieto, Ministro das Finanças; Manuel Azaña como Ministro da Guerra e a participação de Largo Caballero, como Ministro do Trabalho.

da República era vista como um importante instrumento para reivindicar seus direitos e conseguir sair do estado de extrema pobreza a caminho da emancipação. Além de tentar equacionar os distintos interesses de forças políticas tão díspares como os da burguesia, dos latifundiários e dos trabalhadores, o Governo Provisório também estava envolto nas questões regionalistas emancipatórias mais agudas, como eram os casos da Catalunya e Euskadi.¹¹

A nova constituição promulgada em 9 de dezembro de 1931 acabava aumentando a divisão política dentro do estado espanhol, pois acabava sendo uma Carta que oporia de forma incisiva as vertentes progressivas e as conservadoras. É importante que se destaque o seu caráter totalmente laico e até mesmo anticlerical, com uma total exclusão da Igreja Católica das esferas de poder. Isso ficou patente com a expulsão da Companhia de Jesus e a nacionalização de seus bens. E também é importante que se ressalte que desde o 14 de abril foram fortes os movimentos anticlericais, principalmente porque a identidade da Igreja estava ligada diretamente às velhas formas de dominação, com a queima em Madri de seis conventos, uma igreja e uma residência jesuítica. Além disso, foram incendiados o palácio episcopal e um convento em Málaga. Nos dias seguintes, as queimas de edificações religiosas se espalharam por Sevilha, Cádiz, Córdoba, Murcia, Alicante, Valencia; na Catalunha e no norte do território espanhol praticamente não houve registros de incêndios.¹²

Por meio de manobras jurídicas, após o estabelecimento da nova Constituição, o Governo Provisório presidido por Niceto Alcalá-Zamora foi substituído, após as eleições de outubro de 1931, pelo gabinete de Manuel Azaña. O que deveria ser um período de consolidação do movimento republicano, com o seu caráter progressista se comparado com o período de Alfonso XIII e a Ditadura de Primo de Rivera, caracterizou-se pela manutenção das formas de repressão que eram adotadas pela monarquia. Os grupos e partidos de esquerda, que tiveram forte participação no processo de criação da 2ª República, foram excluídos de uma participação efetiva no interior do governo recém criado. Desta forma, com o deliberado isolamento das esquerdas, fossem aquelas de viés comunista ou anarquista, a estrutura estatal de repressão e controle da Segunda República manteve a lógica monárquica-conservadora. Desta forma, o exército e a Guarda Civil,

11. Gabriel Jackson. *A República Espanhola e a Guerra Civil (1931-1939)* (Lisboa: Europa, 1973), p. 43.

12. Manuel Tuñón de Lara, *La II República* (Madrid, Siglo Veintiuno, 1976, v. 2), p. 68.

base do antigo poder monárquico e que entre 1923 e 1931 havia adquirido um poder arbitral, não tiveram um destino muito diferente do que havia acontecido com o *Reichswehr* com o surgimento da República de Weimar. Ou seja, houve a manutenção de uma “via weimariana” de repressão originada nas tradicionais formas de repressão da oligarquia espanhola.

Entre os anos de 1931 e 1932, as discussões do novo governo se concentraram em dois pontos: as eleições legislativas em Junho de 1931 e a promulgação de uma nova carta constitucional em dezembro do mesmo ano. As primeiras eleições do período republicano indicaram o rechaço pelo qual passaram os setores conservadores espanhóis, que sempre tiveram em suas mãos o controle do país. Tanto que somente houve uma cadeira ocupada por um monárquico, o Conde de Romanones. Assim, a vitória da coalizão republicana foi avassaladora. O Partido Socialista Obrero Español (PSOE) dominou praticamente a formação do parlamento com 114 cadeiras, seguido pelo Partido Republicano Radical, com 89. Os antigos partidos monárquicos e conservadores se concentraram nas últimas colocações do pleito.

As forças militares do *Ancien Regime* espanhol coexistiram no interior do novo regime com importantes traços residuais, principalmente na repressão. A condição desses militares trouxe à 2ª. República uma situação complexa. Pois se por um lado não havia dúvida de que as forças militares eram o sustentáculo da repressão estatal e de que também havia controle do estado no decorrer dos oito anos anteriores, por outro lado quaisquer tipos de proposições para alterar a forma como estava disposta no estado ou até a sua abolição poderiam estimular sublevações no interior dos quartéis. Esta última possibilidade veio à tona quando, entre o final do ano de 1931 e a primeira semana de 1932, ocorreram duas escaramuças que envolveram a Guarda Civil. Na primeira delas, em 31 de dezembro de 1931, guardas civis foram linchados na cidade de Arnedo, na Extremadura, após tentarem dissolver manifestações da *Federación Nacional de Trabajadores de La Tierra (FNNT)*, ligado à UGT. O segundo foi em La Rioja, na cidade Castilblanco, logo na primeira semana de 1932, quando camponeses foram mortos por membros da Guarda Civil. Como resultado, o então comandante da Guarda Civil, General Sanjurjo, que no primeiro caso protestou junto ao governo de Manuel Azaña, no segundo acabou por ser substituído pelo General Miguel Cabanellas no começo de fevereiro de 1932.

Em 10 de agosto, ocorreu a “Sanjuarda”, um *pronunciamento* restrito a Sevilha e com poucos ecos na capital, mas que elevou os ânimos dentro do Governo de Azaña. O curto porém significativo levante do General Sanjurjo acabou por provocar modificações no interior do exército com reformas e

aposentadorias, a aceleração do processo de reforma agrária e a criação de um novo estatuto autônomos para a Catalunha a fim de obter um maior apoio contra as forças mais conservadoras.

Além da incapacidade de lidar com os resíduos da monarquia espanhola, outros dois pontos tiveram importância capital no enfraquecimento do então presidente Manuel Azaña. Por um lado houve o aumento da pressão por parte CNT e da UGT devido ao grande índice de desemprego, e, por outro, o episódio conhecido como “Casas Viejas”, quando houve uma ocupação anarquista no vilarejo de mesmo nome em 10 de Janeiro de 1933, sobre o qual incidiu uma forte repressão executada pelo próprio governo republicano, por meio das “Fuerzas de Orden Pública”. O resultado dessa ação foram a morte e a prisão de diversos anarquistas. Esses dois fatores influenciaram diretamente na composição eleitoral de abril do mesmo ano, pois os fatores provocaram a perda de apoio dos anarquistas.

O cenário de desagregação da frente mais progressista da República permitiu a reorganização e fortalecimento dos movimentos conservadores reacionários que haviam sido extirpados do poder em 1931. Dentre uma vasta gama de grupos que ressurgem, dois se destacaram. O primeiro, a *Confederación Española de Derechas Autónomas* (CEDA), em princípios de 1933, liderada por Ramiro Ledesma Ramos e Onésimo Redondo. Posteriormente em outubro do mesmo ano surgia a *Falange Española Tradicionalista*, dirigida pelo filho do antigo ditador General Miguel Primo de Rivera, José Antonio.

Nas eleições de novembro de 1933 para as Cortes, ainda sob a ressaca da abstenção anarquista devido ao caso “Casas Viejas”, deu-se uma retumbante vitória das direitas, com a CEDA controlando 115 cadeiras, os socialistas com 55 e os partidários azañistas com apenas 5. A abstenção de votos por parte dos anarquistas prejudicou sensivelmente a coalizão republicana de esquerda. Além disso, as mulheres com o direito ao voto conquistado, pela Constituição de 1931, dirigiram suas escolhas rumo à direita. E havia ainda o peso eleitoral da Igreja, com o voto maciçamente direcionado à direita, impulsionado pela perda de seus privilégios e os acirrados movimentos anticlericais do princípio do governo republicano.

O biênio conservador, que desfilou no poder entre 1933 e 1935 sob os auspícios de Alejandro Lerroux, republicano e conservador, e pela dominação da CEDA no parlamento espanhol, estancou os parcos avanços alcançados pelo primeiro biênio (1931-1933) e possibilitou o retorno ao poder de expressiva parcela daqueles que eram ligados a diversos ramos do conservadorismo espanhol.

A hegemonia reacionária frente à República anistiou os militares da “Sanjurjada”, interrompeu o processo de reforma agrária, reduziu os salários agrícolas e a presidência dos Jurados Mixtos. Estes últimos, fundados nas negociações entre patrões e empregados, acabaram por parar nas mãos da camada patronal. Com a restrição ou revogação de direitos adquiridos nos primeiros dois anos do governo republicano, a composição do novo governo sustentou-se em uma aliança entre a CEDA e os republicanos moderados. Além disso, houve a entrega do poder às facções republicanas mais conservadoras e às forças castelhanas de talhe tradicional, principalmente as oriundas das regiões agrárias.

Durante o *biênio conservador*, tanto os movimentos revolucionários como os contra-revolucionários emergiram no estado espanhol. Logo após a subida ao poder do novo presidente conservador, Lerroux, o vasto campo de esquerdas agiu rapidamente ao convocar greves gerais em toda a Espanha. O resultado desta convocação, realizada principalmente pelo Partido Socialista Obrero Español (PSOE), resultou em levantamentos contra o governo de Madri. No entanto, foi aquele que possuiu a CNT como um dos eixos organizacionais que levou a uma mobilização que possuiu um caráter insurrecional e à Comuna das Astúrias.¹³

Em outubro de 1934, uma greve geral de mineiros asturianos tomou para si o controle da produção de minérios e causou uma forte repressão por parte da Guarda Civil, mas cuja mobilização conseguiu alcançar o ponto mais alto com um caráter verdadeiramente insurrecional e levou pela primeira vez uma região do estado espanhol a ter um governo operário.

O levante operário nas Astúrias, entre 5 e 18 de outubro de 1934, ocorreu em meio aos confrontos entre os trabalhadores em greve e as forças do gabinete republicano conservador. Ainda que de forma breve, a ação direta anarcossindicalista atingiu de forma incisiva os quartéis da Guarda Civil, por meio de táticas pacíficas ou violentas. Os grupos de combate eram formados, em sua maioria, de mineiros e metalúrgicos que partiram das plantas mineradoras para a ocupação de Oviedo. Destacou-se que ao adentrar na capital das Astúrias logrou-se o objetivo de tomar a Fábrica de Armas. Essa ação permitiu a expropriação de armas e munições que reforçaram os grupos de combate que no princípio só dispunham das dinamites utilizadas nas próprias minas.

13. Enric Mompó, *Octubre de 1934* (Barcelona, mimeo, 2001), p. 02.

A propagação do movimento comunal na região das Astúrias foi além ação direta bélica. No intervalo dos quinze dias de controle operário na região, em diversas localidades foram estabelecidas formas de organização consagradas pelos comitês revolucionários. Em Mieres, ao sul de Oviedo, as orientações revolucionárias visavam mobilizar para o conflito e contra a pilhagem que havia surgido em algumas circunstâncias. Para este último caso, as deliberações foram definitivas:

Cesse radical de todo ato de pilhagem, prevenindo que todo o indivíduo que seja flagrado em um ato desta natureza será passado pelas armas. /.../. Todos que tenham em seu poder artigos produto de pilhagem ou quantidade dos mesmos que sejam também produto de ocultações, lhe solicita que a fazer a entrega dos mesmos imediatamente. O que assim não o faça atenderá às consequências naturais, como inimigo da revolução.¹⁴

Em La Felguera, em comunicado do comitê revolucionário local, subscrito pela CNT, abordou-se a abolição do dinheiro e da propriedade privada. Ademais, foi deliberada a distribuição produtiva:

A Revolução Social triunfou em La Felguera; nosso dever é organizar a distribuição e consumo em sua forma devida. [...] ficando abolido o dinheiro ao ficar o mesmo a propriedade privada.¹⁵

Em algumas regiões se iniciaram alguns processos de reorganização comercial, mas que ao contrário das propostas aprovadas em La Felguera, mantinha os instrumentos do capital. Em 6 de outubro, na localidade de Sama de Langreo, foi solicitado que:

Sendo necessário normalizar a vida comum e com o objeto de estabilizar esta, se roga encarecidamente a todos os industriais que abram as portas de seus comércios desde as nove da manhã até a uma da tarde, e desde as três até as sete da noite. O comerciante que não cumprir este rogo se atenderá às consequências que disso possa derivar. A vida do comércio se fará como o comum, com *libreta*, dinheiro ou vales devidamente autorizados.¹⁶

14. “La orientación revolucionaria en Mieres” em David Luiz, *Asturias Contemporánea* (1808-1936) (Madrid, Siglo veintiuno de España editores, 1975), p. 104. Os documentos que estão na obra de David Luiz e foram coletados pelo autor foram originados da coletânea: Aurelio del Llano, *Pequeños anales de 15 días. La revolución en Asturias. Octubre de 1934*. (Oviedo, 1935).

15. “La orientación revolucionaria en La Felguera” em *Ibidem*, p. 105.

16. “La organización del comercio em Sama de Langreso” em *Ibidem*, p. 103-105.

A espontaneidade do movimento comunal foi um dos pontos centrais no desenrolar do processo revolucionário asturiano. No entanto, o seu caráter espontâneo não se atrelava a ações de estratégia ou tática tomadas de forma imediatista e pragmática. Envolveria, com os sindicatos e comitês revolucionários, uma lógica em que a reestruturação societária ocorreria de acordo com as determinações de um determinado espaço no processo revolucionário.

A repressão com a superioridade material de um exército regular, ao chegar à região asturiana em 11 de outubro, conseguiu provocar o desmantelamento do Primeiro Comitê Revolucionário. A resistência na última semana da Comuna sustentou-se essencialmente na combatividade dos trabalhadores que formaram um Segundo Comitê Revolucionário, mas a escassez de munições foi decisiva para o recuo dos trabalhadores e a dispersão do movimento.

/.../ reunidos com o provincial todos os comitês revolucionários, se acordou a volta à normalidade, encarecendo que todos se reintegrem, de forma ordenada, consciente e serena, ao trabalho. Esta nossa retirada, camaradas, a consideramos honrosa por inevitável. A diferença de meios de luta, quando nós rendemos tributos de ideais e hombridades no teatro da guerra e o inimigo conta com elementos modernos de combate, nos levou por ética revolucionária a adotar esta atitude extrema.¹⁷

No entanto, ao fim das duas semanas revolucionárias das Astúrias, a normalidade que poderia ser encontrada repousava sobre um saldo de 2.000 mortos e mais de 40.000 presos.

Com o fim da Comuna, as forças reacionárias que comandavam àquele tempo o regime republicano continuaram a pavimentar as formas de controle sobre os trabalhadores. Por um lado, embora houvesse com o caso asturiano a existência de um efêmero poder proletário, por outro, a retração das ações diretas por parte dos anarcossindicalistas foi inevitável e a repressão, por meio da Guarda Civil tornou-se a tônica do ano de 1935.

Com a predominância de um governo extremamente repressivo, a reorganização dos movimentos operários deu-se com as eleições. Todos os movimentos de reprovação ao governo conservador do segundo biênio possibilitaram uma nova aliança das esquerdas para as eleições

17. “El fin de la insurrección” em *Ibidem*, p. 107.

de 1936. Entretanto, ao contrário do que houve nos sufrágios de 1933, a participação das agremiações anarquistas foi de intenso apoio. Da tão esperada reorganização e união do vasto gradiente de esquerdas espanholas, constituiu-se a Frente Popular.

CNT, guerra civil e apontamentos finais

A vitória da propalada frente de esquerdas por meio da vitória da Frente Popular (FP), em fevereiro de 1936, acabou por concentrar os poderes do estado espanhol no PCE e no PSOE.

Andrés Nin, um dos principais quadros do movimento operário espanhol, ao avaliar os primeiros meses de intervenção anarcossindicalista nos movimentos grevistas durante o governo da Frente Popular, expôs como se deveria proceder para a ação direta do proletariado, ou seja, a espontaneidade do movimento situa-se no próprio programa do trabalhador, está sintetizada na luta de classes. Nesse sentido, o quadro da CNT elaborou uma crítica aos partidos que estavam à cabeça da FP: o PSOE e o PCE.

Para Nin, a lógica da 3ª. Internacional objetivava a lógica da dominação burguesa do que propriamente a emancipação do proletário:

Na literatura oficial da Internacional ex comunista e de suas seções, os termos clássicos ‘luta de clases’, ‘proletariado’, são sistematicamente substituídos pelos de ‘luta antifascista’ e ‘antifascistas’. Não existe luta mais antifascista que a conquista do poder pela luta revolucionária da classe operária.¹⁸

Assim, os termos utilizados pela vigente Internacional não serviam mais do que tentar ocultar a associação entre a expansão do capital e da lógica burguesa no interior dos movimentos fascistas.

O estalar da guerra civil e o processo revolucionário decorrente dela emergiram da sublevação dos trabalhadores, principalmente nos grandes centros políticos e econômicos do estado espanhol. Enquanto a partir da noite de 17 de julho de 1936 os militares sublevados avançavam aceleradamente sobre o território espanhol e dominaram suas vastas regiões agrárias e distantes da administração política de Madri, os operários dessa cidade e de Barcelona tomaram a frente em um processo revolucionário.

18. NIN, Andres “Acción directa del proletariado y la revolución española” em http://marxists.org/espanol/nin/1936/accion_directa_del_proletariado.htm. Acessado em 06/10/2014, às 14:35.

A resistência do governo republicano frente ao motim dos militares ocorreu de forma extremamente tumultuada e improvisada durante as primeiras semanas do conflito. Internamente houve uma certa mobilização política e de pequena parcela de militares favoráveis ao regime republicano e o estouro de um processo revolucionário, principalmente em Madri e Barcelona, que possibilitou à CNT que estancasse a propagação dos militares pelo estado espanhol.

A abordagem das ações da CNT e da resistência operária no decorrer da Guerra Civil Espanhola enseja um maior aprofundamento que não está contemplado neste texto. No decorrer do que foi apresentado, certamente não foram apresentados todos os nódulos constitutivos nos quais a CNT e o movimento anarcossindicalista e ação direta seriam contemplados. Também foi perceptível que ao invés de se destacarem os escritos e pensamentos dos principais quadros anarquistas, foi dada preferência aos documentos que resultaram de levantes emancipatórios que os operários propiciaram no território espanhol.¹⁹

Referências Bibliográficas

BALCELLS, Albert. *Trabajo industrial y organización obrera en la Cataluña contemporánea*. Barcelona, Editorial Laia, 1974.

BROUÉ, Pierre. *A Revolução Espanhola (1931-1939)*. São Paulo, Perspectiva, 1992.

C.N.T./F.A.I. *Manual del militante. El libro de la organización. Redactado por la Escuela de Militantes de Cataluña*. Barcelona: Ediciones de las Oficinas de Propaganda CNT-FAI, 1937.

IZARD, Miguel. *Industrialización y Obrerismo*. Barcelona, Ariel, 1973.

JACKSON, Gabriel. *A República Espanhola e a Guerra Civil (1931-1939)*. Lisboa, Europa, 1973.

LUIZ, David. *Asturias Contemporánea (1808-1936)*. Madrid, Siglo veintiuno de españa editores, 1975.

MARX Karl; ENGELS, Friedrich. *Escritos sobre España. Extractos de 1854*. Pedro Riba (editor.), Madrid, Editorial Trotta/Fundación de Investigaciones Marxistas, 1998.

19. Uma parcela das discussões aqui presentes foram fruto de reflexão e contribuições absorvidas no decorrer das reuniões do GMARX em 2014. Claro que as omissões e imprecisões são de (ir)responsabilidade do autor.

MOMPÓ, Enric. *Octubre de 1934*. Barcelona, mimeo, 2001.

NADAL, Jordi. *El fracasso de la revolución industrial en España, 1814-1913*. Barcelona, Ariel, 1975.

SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás (comp.). *La modernización de España 1830-1930*. Madrid, Alianza Editorial, 1987.

TUÑÓN DE LARA, Manuel. *La España del siglo XIX*. Barcelona, Editorial Laia B, 1978.

_____. *La II República*. Madrid, Siglo Veintiuno, 1976, 2 vols.

TUÑÓN DE LARA, Manuel; NUÑEZ DE ARENA, M. *Historia del movimiento obrero español*. Barcelona, Nova Terra, 1979.

VILAR, Pierre. *La guerra civil española*. 5a. edición, Barcelona, Biblioteca de bolsillo, 2010.

_____. *A História da Espanha (1936-1939)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.